



# PARTE I

## P&I — PROPRIEDADE E INVESTIMENTO SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S. A.

### Relatório n.º 40/2008

Sede: Largo das Palmeiras, n.º 9, 1050-068 Lisboa.  
Capital Social: € 500 000  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.  
Número de identificação de pessoa colectiva 501925562.

### Relatório e Contas de 2007

#### Relatório do Conselho de Administração

##### 1 — Enquadramento Económico:

##### 1.1 — Economia Internacional:

A economia mundial apresentou em 2007, segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) um crescimento de cerca de 5%, inferior ao registado em 2006 tendo como consequência uma redução da taxa de crescimento do volume da actividade do comércio internacional de 9,2% em 2006 para 6,6% em 2007. Embora o conjunto das economias emergentes tenham mantido um forte crescimento, na ordem dos 8%, as economias desenvolvidas em conjunto tiveram um crescimento em 2007 de 2,5%, inferior em 0,4% ao sucedido em 2006.

Relativamente aos maiores blocos económicos, os EUA foram os principais responsáveis pelo abrandamento económico, o crescimento do PIB aproximou-se dos 2% bastante inferior aos 3,4% registados em 2007, resultado da crise no mercado habitacional e nas dificuldades sentidas no crédito hipotecário, embora a depreciação do dólar tenha impulsionado as exportações deste bloco económico. Já a Zona Euro teve um crescimento económico de 2,5% praticamente idêntico ao registado em 2006. No conjunto das economias emergentes devemos realçar o crescimento da economia chinesa na ordem de 11,5%, da economia indiana em cerca de 9% e da economia russa perto dos 7%. De salientar que pela primeira vez a China foi o país que mais contribuiu para o crescimento mundial.

No que respeita à evolução dos preços, o barril de Brent bateu no final de 2007 um novo máximo histórico ao negociar a um valor de Usd. 96,53 o barril em consequência, por um lado, do aumento da procura mundial, e por outro da instabilidade verificada em zonas do mundo produtoras de petróleo. Também as *commodities*, nomeadamente os produtos agrícolas, os quais influenciam os preços dos bens essenciais, tiveram um aumento de cerca de 30% como consequência do acréscimo da procura mundial, das economias emergentes e para a produção do biodiesel, conjugado com a redução da oferta decorrente das más condições climáticas verificadas nos Estados Unidos e no Canadá. No entanto, mesmo tendo em conta estes dados a taxa de inflação média nas economias desenvolvidas foi de 2,1% e nas economias emergentes atingiu os 6%.

As políticas monetárias seguidas pela Zona Euro e pelos Estados Unidos tiveram como objectivo responder às condições económicas existentes. Assim na Zona Euro o BCE aumentou a taxa de referência até aos 4% em Junho tendo como objectivo conter a inflação, a partir desta data manteve a taxa de juro de forma a fazer face à turbulência registada nos mercados financeiros. O FED reduziu a taxa de juro de referência de forma a fazer face às fortes tendências de abrandamento económico nos Estados Unidos. Como consequência o dólar desvalorizou em relação ao euro em 11% ao longo de 2007, verificando-se no início de 2008 nova desvalorização do dólar.

O clima de incerteza e volatilidade e a crise no mercado hipotecário nos Estados Unidos teve um impacto significativo nos mercados bolsistas levando os investidores a transferirem as suas aplicações para sectores mais seguros como a aquisição de Ouro.

##### 1.2 — Economia Portuguesa:

Em Portugal, o ano foi marcado pelo anúncio do cumprimento do défice orçamental em 2,6%, depois de ter sido aplicada durante dois anos consecutivos uma política económica restritiva, a qual afectou também o crescimento económico. A actividade económica nacional registou, em 2007, uma aceleração face ao ano anterior, atingindo um crescimento real de 1,9%, aproximando-se da evolução registada pela Zona Euro (2,5%), contudo este foi o sexto ano consecutivo de divergência face à média da União Europeia.

O principal contributo para o aumento da actividade económica pro- veio do crescimento significativo das exportações (7%).

A continuada tendência de deslocalização de empresas industriais conduziu a um aumento da taxa de desemprego para um valor médio anual de 8%, mais 0,3% que no final de 2006, embora o investimento tenha registado uma evolução bastante positiva, ao contrário do que se observou em anos anteriores.

O efeito conjunto da contenção salarial e dos preços mais competitivos na importação decorrentes da economia global conduziu a uma redução da taxa de inflação (IHPC) para 2,4%, menos 0,6% do que o valor do ano anterior.

##### 2 — Actividade da Empresa:

O Conselho de Administração manteve a sua composição, sem alteração, sendo constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Carlos Luís Bessa Monteiro.

Vogal: Senhor Dr. Miguel Torres Reis Proença Varão.

Vogal: Senhora Dr.ª Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão.

O ano de 2007 na sequência do ocorrido no ano anterior, foi essencialmente dedicado à apresentação do serviço de gestão de patrimónios de índole imobiliária, principalmente a investidores privados.

Durante o exercício de 2007 manteve-se a gestão da carteira de imóveis dos clientes SEFI e PGL.

##### 3 — Situação Económica e Financeira:

As principais constatações que se verificam na Demonstração de Resultados, comparando os exercícios de 2006 e 2007 são as seguintes:

Descrição	2007	2006	Variação
Rendimentos de Serviços e Comissões	66 679	66 679	0
Gastos Gerais Administrativos	72 596	93 192	-20 596
Custos com o Pessoal	0	9 978	9 978
Resultado líquido do exercício	19 291	36 031	16 740

A empresa registou um resultado líquido negativo de € 19.291,09 (dezanove mil duzentos e noventa e um euros e nove cêntimos), melhorando em relação a 2006 principalmente devido à evolução dos Custos com o Pessoal e dos Gastos Gerais Administrativos.

A evoluções das principais rubricas do balanço foi a seguinte:

Descrição	2007	2006	Variação
Activo	432 652	350 705	19 696
Disponibilidades	350 705	365 562	14 857
Crédito a clientes	48 510	55 123	6 613
Passivo	15 269	15 674	405
Capital Próprio	417 383	436 674	19 291

Verifica-se que apesar do resultado negativo do exercício a empresa continua a ter um rácio de solvabilidade muito elevado.

##### 4 — Perspectivas para 2008:

##### 4.1 — Enquadramento macroeconómico:

O principal desafio para a economia portuguesa continua a ser o saneamento das Finanças Públicas, estando previsto, no Relatório do Orçamento de Estado para 2008 um défice de 2,2% do PIB. É fundamental a contenção da despesa para se atingir um resultado estrutural para este deficit. Torna-se pois urgente a reforma da Administração Pública que vai permitir diminuir os cortes no investimento público e melhorar a competitividade futura.

O crescimento económico em 2008 em Portugal deverá manter-se tendo como base o contínuo aumento das exportações mas a um ritmo mais moderado em relação a 2007, sendo de esperar uma taxa de crescimento destas de 5%. A procura interna está limitada devido ao elevado grau de endividamento das famílias e à taxa de desemprego registada.

Tendo em conta o grau de dependência externa da economia portuguesa e uma vez a conjuntura internacional caracterizar-se por uma elevada volatilidade e incerteza, as previsões económicas poderão não se concretizar.

##### 4.2 — Perspectivas:

Os contactos que estão a ser desenvolvidos com entidades detentoras de importantes patrimónios imobiliários tendo em vista a oferta dos serviços da empresa, de acordo com as linhas de orientação estratégica

definidas, permitem perspectivar para o ano de 2008, o início de uma nova fase de desenvolvimento da actividade da empresa.

5 — Aplicação de Resultados:

Tendo em conta o já acima mencionado resultado líquido negativo alcançado, no montante de € 19.291,09 (dezanove mil duzentos e noventa e um euros e nove cêntimos), propõe-se que o mesmo transite para o exercício seguinte na conta de Resultados Transitados.

6 — Outras Referências:

Ao concluir o Relatório relativo ao exercício de 2007, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos quantos lhe prestaram colaboração e apoio.

7 de Março de 2008. — O Conselho de Administração: *Carlos Bessa Monteiro — Miguel Varão — Graça Varão.*

**Balanço em 31 de Dezembro de 2007**

	Notas anexo	Ano			2006
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais . . . . .					
Disponibilidades em outras instituições de crédito . . . . .	2	50 705		50 705	365 562
Activos financeiros detidos para negociação . . . . .					
Outros activos financ. ao justo valor resultados . . . . .					
Activos financeiros disponíveis para venda . . . . .					
Aplicações em instituições de crédito . . . . .	2	300 000		300 000	
Crédito a clientes . . . . .		67 489	18 979	48 510	55 123
Investimentos detidos até à maturidade . . . . .					
Activos com acordo de recompra . . . . .					
Derivados de cobertura . . . . .					
Activos não correntes detidos para venda . . . . .					
Propriedades de investimento . . . . .					
Outros activos tangíveis . . . . .	3	9 979	9 979	0	0
Activos intangíveis . . . . .					
Investi. em filiais, associadas e empreend. conjuntos . . . . .					
Activos por impostos correntes . . . . .					
Activos por impostos diferidos . . . . .					
Outros activos . . . . .	5	33 437		33 437	31 663
<i>Total de Activo</i> . . . . .		461 610	28 958	432 652	452 348

	Notas Anexo	Valores em Euros	
		2007	2006
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais . . . . .			
Passivos financeiros detidos para negociação . . . . .			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados . . . . .			
Recursos de outras instituições de crédito . . . . .			
Recursos de clientes e outros empréstimos . . . . .			
Responsabilidades representadas por títulos . . . . .			
Passivos financeiros associados a activos transferidos . . . . .			
Derivados de cobertura . . . . .			
Passivos não correntes detidos para venda . . . . .			
Provisões . . . . .		67	551
Passivos por impostos correntes . . . . .			
Passivos por impostos diferidos . . . . .			
Instrumentos representativos de capital . . . . .			
Outros passivos subordinados . . . . .			
Outros passivos . . . . .	5	15 202	15 123
<i>Total de Passivo</i> . . . . .		15 269	15 674
<b>Capital</b>			
Capital . . . . .	4	500 000	500 000
Prémios de emissão . . . . .			
Outros instrumentos de capital . . . . .			
Reservas de reavaliação . . . . .			
Outras reservas e resultados transitados . . . . .		- 63 326	- 27 296
Acções próprias . . . . .			

	Valores em Euros		
	Notas Anexo	2007	2006
Resultado do exercício .....		- 19 291	- 36 031
Dividendos antecipados .....			
<i>Total de Capital</i> .....		<u>417 383</u>	<u>436 674</u>
<i>Total de Passivo e Capital</i> .....		432 652	452 348

31 de Dezembro de 2007. — O Conselho de Administração: *Carlos Luís Bessa Monteiro* — *Miguel Torres Proença Varão* — *Graça Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

### Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

	Valores em Euros		
	Notas Anexo	2007	2006
Juros e rendimentos similares .....		4 080	
Juros e encargos similares .....		- 82	105
Margem financeira .....		3 998	-105
Rendimentos de instrumentos de capital .....			
Rendimentos de serviços e comissões .....	7	66 679	66 679
Encargos com serviços e comissões .....			
Resultados activos e passivos avaliados ao justo valor de resultados (líquido) .....			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido) .....			
Resultados de reavaliação cambial (líquido) .....			
Resultados de alienação de outros activos .....			
Outros resultados de exploração .....		19	1 297
Produto bancário .....		70 695	67 871
Custos com pessoal .....	11		9 978
Gastos gerais administrativos .....	10	72 596	93 192
Amortizações do exercício .....			599
Provisões líquidas de reposições e anulações .....		17 390	128
Correcções valor associad. crédito a clientes valores receber de outros deved. ....			
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....			
Resultado antes de impostos .....		-19 291	-36 026
Impostos .....		0	5
Correntes .....			5
Diferidos .....			
Resultado após impostos .....		-19 291	-36 031
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas .....			
Resultado líquido do exercício .....		-19 291	-36 031

31 de Dezembro de 2007. — O Conselho de Administração: *Carlos Luís Bessa Monteiro* — *Miguel Torres Proença Varão* — *Graça Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

### Notas anexas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

#### Nota Introdutória

A sociedade P & I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, SA foi constituída por escritura pública de 9 de Novembro de 1987, com a designação SIGEFA — Sociedade de Gestão de Fortunas Atlântica, SA;

Por acta notarial de 25 de Novembro de 1988, foi alterado o pacto social, tendo sido aumentado o capital social e consagrado, nos estatutos, que a sociedade pode adquirir nos termos autorizados por lei títulos de pública ou garantidos pelo Estado, bem como imóveis destinados às suas instalações;

Por escritura pública de 5 de Julho de 1990, foi aumentado o capital para 100 milhões de escudos;

Por escritura pública de 27 de Fevereiro de 1992, foi alterado o pacto social, designadamente no que concerne à designação da sociedade que adoptou a firma Imperfólio -Sociedade Gestora de Patrimónios, SA;

Por escritura pública de 10 de Outubro de 1994, foram substituídos integralmente os Estatutos da sociedade, designadamente, no que concerne à denominação da sociedade que passou a ser P & I — Propriedade e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., que tem

como objecto social, actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, bem como todas as demais actividades que por lei não sejam vedadas às sociedades gestoras de patrimónios.

O ano de 2006 ficou marcado pela consolidação das regras de contabilização para as IAS/IFRS (International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards), de acordo com as Instruções do Banco de Portugal.

Esta obrigação teve origem no Regulamento n.º 1606/2002 da Comissão Europeia, publicado em Julho 2002, que tornou obrigatória a adopção, por todos os emitentes de valores mobiliários cotados, das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), na informação financeira consolidada prestada a partir de 2005.

Devido à natureza das operações os critérios utilizados nas NCA são idênticos aos já utilizados no PCSB pelo que não houve impacto nos resultados devido à referida alteração.

#### Notas Anexas às Demonstrações Financeiras

1 — Bases de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados pelas NIC / NCA e outras disposições emitidas pelo

Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios:

Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31/12/2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)			
Outros Activos Tangíveis . . . . .							
Equipamento . . . . .	9 979	9 979			0		0
<i>Totais</i> . . . . .	9 979	9 979			0		0

4 — Capital Subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Sociedade era constituído por 100.000 ações com o valor nominal de 5€ cada, sendo detido a 100% pela P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, Lda.

5 — Outros activos e outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas “Outros Activos e Outros Passivos” tem a seguinte composição:

Outros activos	2007	2006
Sector Público Estatal (IVA) . . . . .	27 615	26 428
Sector Público Estatal (IRC) . . . . .	5 822	5 235
<i>Total</i> . . . . .	33 437	31 663

Outros passivos	2007	2006
Sector Público Estatal . . . . .	0	0
Credores Diversos . . . . .	15 202	15 123
<i>Total</i> . . . . .	15 202	15 123

6 — Efectivos:

Durante o ano de 2007 a Sociedade teve ao seu serviço os membros do Conselho de Administração.

7 — Comissões de Gestão:

Durante os exercícios de 2006 e 2007 foram cobradas as seguintes comissões:

	2007	2006
Comissão de administração de valores	66 679	66 679
<i>Total</i> . . . . .	66 679	66 679

8 — Proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos gerados pela actividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

9 — Impostos:

A Sociedade está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 25% e respectiva Derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações podem vir a ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante o período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2001 a 2006 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, para as demonstrações financeiras anexas.

A empresa possui prejuízos fiscais reportados, não existindo expectativas detalhadamente documentadas de que serão apurados lucros

b) Outros Activos Tangíveis:

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os respectivos períodos de vida útil.

2 — O saldo representado na rubrica do activo (Disponibilidades em outras instituições de crédito) diz respeito a depósito à ordem no Millennium BCP.

O saldo representado na rubrica do activo (Aplicações em instituições de crédito) diz respeito a depósito a prazo no Millennium BCP.

3 — Movimentos e saldo do activo tangível:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31/12/2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)			
Outros Activos Tangíveis . . . . .							
Equipamento . . . . .	9 979	9 979			0		0
<i>Totais</i> . . . . .	9 979	9 979			0		0

tributáveis futuros, nos seis exercícios seguintes àqueles em que foram gerados os correspondentes prejuízos, que permitam o aproveitamento dos referidos prejuízos fiscais, razão pela qual não se procedeu ao registo de Activos por Impostos Diferidos relacionados com esses prejuízos fiscais.

A carga fiscal imputada ao exercício de 2007 e ao ano anterior registou o seguinte movimento:

	2007	2006
Impostos Pagos — Pag. Esp.p/ Conta	1 250	1 250
Impostos Recebidos . . . . .	0	2 867
Impostos a Recuperar . . . . .	816	0

10 — Gastos Gerais Administrativos:

Designação	2007	2006
Gastos Gerais Administrativos . . . . .	72 596	93 192
Rendas e Alugueres . . . . .	30 993	30 993
Serviços Especializados . . . . .	38 560	38 138
Avenças e Honorários . . . . .	0	17 981
Outros . . . . .	3 043	6 080

11 — Custos com o Pessoal — Os custos com pessoal estão distribuídos do seguinte modo:

Designação	2007	2006
Gastos Com Pessoal . . . . .	0	9 978
Remunerações Base + Subs . . . . .	0	2 312
Outras Retribuições . . . . .	0	6 569
Encargos Patronais . . . . .	0	529
Seguro Ac Trabalho . . . . .	0	535
Saúde no Trabalho . . . . .	0	33

12 — Partes Relacionadas:

A P&I — Prop. e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, SA, é detida 100% pela P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, Lda, e o capital desta é detido 100% pela família Goes Ferreira (Dr. José Manuel Pita Góis Ferreira — 40%; D. Maria da Graça Góis Ferreira — 40%; Dra. Maria Graça Góis Ferreira Varão — 10%; Arq.º João Góis Ferreira — 7,5%; D. Ana Goes Ferreira — 2,5%).

A P&I — Prop. e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, SA, tem como seus clientes, entre outros, a SEFI — Soc. de Estudos e Fomento Imobiliário, Lda e a PGL — Planeamento e Gestão de Imóveis, Lda, que por sua vez têm todas em comum um accionista maioritário que é o Dr. José Manuel Pita Góis Ferreira.

Valor facturado à PGL — Planeamento e Gestão de Imóveis, Lda — 27 159,48 (com IVA incluído).

Valor facturado à SEFI — Soc. de Estudos e Fomento Imobiliário, Lda — € 53 521,68 (com IVA incluído).

31 de Dezembro de 2007. — O Conselho de Administração: *Carlos Luís Bessa Monteiro — Miguel Torres Proença Varão — Graça Góis Ferreira Proença Varão.* — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo.*

### Certificação Legal de Contas

Introdução e Responsabilidades:

1 — Examinámos as demonstrações financeiras da P&I — Propriedade e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (adiante designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 432 652 euros e um total de capital próprio de 417 383 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19 291 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito:

2 — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizada na sua preparação, (ii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião:

3 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da P&I — Propriedade e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal.

14 de Março de 2008. — Pela BDO bdc & Associados — SROC, *José Martinho Soares Barroso.*

### Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

#### Relatório

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2007, a actividade da P&I — Propriedade e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório anual da BDO (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efectuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal de Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### Parecer

Assim, propomos:

1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações de Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

14 de Março de 2008. — O Conselho Fiscal: *Manuel Ângelo Gonçalves Pereira de Agrela*, presidente — *António Maria Palhavã Rodrigues Pinto*, vogal. — Pela BDO bdc & Associados — SROC, *José Martinho Soares Barroso.*

### Acta n.º 38

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e oito, pelas dez horas, na sede social, no Largo das Palmeiras, número nove, em Lisboa, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da sociedade P&I - Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., com o capital social de quinhentos mil Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e NIPC 501925562.

Estavam presentes, conforme Lista de Presenças que se arquiva nos documentos da sociedade, o Sr. Dr. José Manuel Pita Gois Ferreira e o Sr. Dr. Carlos Luís Bessa Monteiro, ambos na qualidade de Gerentes, em representação da sociedade comercial por quotas, e único accionista, P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, LDA.

Encontrava-se, também, presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Dr. Paulo da Silva Almeida e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Leonor Gomes Pereira.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral, que se manteve até ao final sem qualquer alteração, tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, que começou por constatar, face às presenças, a comparência da totalidade do capital social, tendo declarado a Assembleia Universal regularmente constituída e com poderes para deliberar validamente, sem observância de formalidades prévias, ao abrigo do disposto no artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, procedendo, então, à leitura da seguinte Ordem de Trabalhos, que foi aprovada pelos representantes do accionista único.

Ponto Um: Discutir, aprovar ou modificar o sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas da Sociedade relativas ao exercício terminado em trinta e um de Dezembro de 2007;

Ponto Dois: Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

Ponto Quatro: Deliberar sobre a eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para o quadriénio 2008/2011, e do Conselho Fiscal para o Biénio 2008/2009.

Entrando-se de imediato no Ponto Um da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa colocou o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas da Sociedade relativas ao exercício de dois mil e sete, à disposição e discussão dos sócios, recordado que estes documentos já eram do conhecimento de todos os presentes.

Não tendo ninguém manifestado o desejo de usar a palavra, foram postos à votação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas da Sociedade relativas ao exercício terminado em trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos sócios presentes.

Passando-se de imediato ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente, no uso da palavra, leu a proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho e Administração, no sentido de que o resultado negativo do exercício em apreciação, no montante de dezanove mil duzentos e noventa e um euros e nove cêntimos, transite para o exercício seguinte na conta de resultados transitados.

Tendo sido posta à discussão e votação a referida Proposta de Aplicação de Resultados, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos dos accionistas presentes.

Passando-se, de seguida, ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, o Sr. Dr. José Manuel Pita Gois Ferreira, no uso da palavra, manifestou apreço pelos resultados práticos do trabalho levado a cabo pelo Conselho de Administração da Sociedade, tendo proposto a aprovação de um voto de confiança a todos os seus membros, bem como todos os que colaboraram com a empresa durante o exercício de dois mil e sete.

Admitida, discutida e votada, foi a precedente proposta aprovada por unanimidade de votos dos accionistas presentes.

Passando-se, de seguida, ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente, tomando a palavra, propôs a recondução no cargo dos membros do Conselho Fiscal para o biénio 2008/2009, e dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio de 2008/2011, continuando os mesmos a ter a seguinte composição:

**Conselho Fiscal:**

Presidente: Sr. Dr. Manuel Ângelo Gonçalves Pereira de Agrela.

Vogal: António Maria Palhavã Rodrigues Pinto.

Vogal: Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC.

Vogal: Sra. Dra. Clementina Maria Dâmaso Jesus Silva Barroso (ROC Suplente).

**Conselho de Administração:**

Presidente: Carlos Luís Bessa Monteiro.

Vogal: Miguel Torres Reis Proença Varão.

Vogal: Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão.

Discutida e votada a precedente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, agradecendo a colaboração recebida de todos os sócios, declarou encerrada a Assembleia Geral Anual, dela se lavrando a presente acta que irá ser assinada pelo Presidente da Mesa e pela Secretária.

Em tempo se esclarece e corrige que a Vogal do Conselho Fiscal reconduzida no cargo, “Barroso, Dias, Caseirão & Associados — SROC”, indicada a linhas dezassete de fls. doze supra, alterou recentemente a sua denominação social para “BDO bdc & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, tendo ainda, no âmbito do Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, sido deliberado reconduzir também no cargo, para o Quadriénio 2008/2011, os Presidente e Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Dr. Paulo Alexandre da Silva Almeida e Sr.ª Dr.ª Leonor Gomes Pereira, respectivamente.

28 de Março de 2008. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Paulo da Silva Almeida*. — A Secretária da Mesa da Assembleia Geral, *Leonor Gomes Pereira*.

300688406

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

*Diário da República Electrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750